

## PASTORAL SOCIOCARITATIVA

RELATÓRIO E CONTAS DE IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA IGREJA DA VITÓRIA

ANO 2022

	ANO N	ANO N-1
ACTIVO TOTAL	830 296,89 €	764 596,04 €
FUNDOS PATRIMONIAIS	553 587,46 €	529 512,44 €
PASSIVO TOTAL	276 709,43 €	235 083,60 €
RESULTADO LIQUIDO	24 075,02 €	183 683,88 €

*Irmandade S. S.  
Igreja da Vitória  
Rua Crucijixo, 100  
1100-115BOA*

  
  


PELA DIRECÇÃO:

CONTABILISTA

CERTIFICADO Nº

30450

**IRMANDADE DO SANTISSIMO SACRAMENTO DA IGREJA DA VITÓRIA**

**BALANÇO**

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Notas	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)	Varição % (1)-(2)
<b>ACTIVO:</b>				
<b>Activo não corrente:</b>				
Activos fixos tangíveis		460 542,69	479 214,48	-3,90%
Propriedades de investimento		18 137,95	18 137,95	-
Activos intangíveis		9 975,96	9 975,96	-
Investimentos financeiros		5 951,36	252,29	2258,94%
Accionistas/sócios		-	-	-
		<b>494 607,96</b>	<b>507 580,68</b>	<b>-2,56%</b>
<b>Activo corrente:</b>				
Inventários		9 932,60	9 932,60	-
Clientes		-	-	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	-
Estado e outros entes públicos		-	-	-
Fundadores/Beneméritos/Membros		-	-	-
Outras contas a receber		8 443,11	19 693,04	-57,13%
Diferimentos		79 789,29	57 955,87	37,67%
Outros activos financeiros		-	-	-
Caixa e depósitos bancários		237 523,93	169 433,85	40,19%
		<b>335 688,93</b>	<b>257 015,36</b>	<b>30,61%</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>830 296,89</b>	<b>764 596,04</b>	<b>8,59%</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
Fundos		184 650,82	184 650,82	-
Excedentes técnicos		-	-	-
Reservas		-	-	-
Resultados transitados		29 162,51	212 846,39	-86,30%
Excedentes de revalorização		-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais		315 699,11	315 699,11	-
		<b>24 075,02</b>	<b>(183 683,88)</b>	<b>-113,11%</b>
Resultado líquido do período				
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<b>553 587,46</b>	<b>529 512,44</b>	<b>4,55%</b>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>Passivo não corrente:</b>				
Provisões		-	-	-
Financiamentos obtidos		-	-	-
Outras contas a pagar		-	-	-
		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivo corrente:</b>				
Fornecedores		-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-
Estado e outros entes públicos		-	-	-
Fundadores/Beneméritos/Membros		-	-	-
Estado e outros entes públicos		38 424,26	31 144,02	23,38%
Diferimentos		6 107,41	16 568,00	-63,14%
Outras contas a pagar		232 177,76	187 371,58	23,91%
Outros passivos financeiros		-	-	-
		<b>276 709,43</b>	<b>235 083,60</b>	<b>17,71%</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>276 709,43</b>	<b>235 083,60</b>	<b>17,71%</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>830 296,89</b>	<b>764 596,04</b>	<b>8,59%</b>
Control		0	0	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*M. A. C. A.*  
CE 3045D

A MESA ADMINISTRATIVA

*Irmandade S. S.*  
*Igreja da Vitória*  
Rua Crucifixo, 109  
1100 LISBOA

*[Handwritten signatures]*

**IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA IGREJA DA VITÓRIA**

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados		1.306.168,14	1.193.201,27	9,47%
Subsídios à exploração		528.420,73	439.270,72	20,30%
Variação nos inventários da produção		-	-	-
Trabalhos para a própria entidade		(164.646,26)	(145.049,39)	13,51%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(472.948,17)	(413.754,53)	14,31%
Fornecimentos e serviços externos		(1.468.526,11)	(1.396.139,22)	5,16%
Gastos com o pessoal		-	-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		(19.446,71)	(5.700,00)	241,17%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-	-	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-
Outras imparidades (perdas/ reversões)		-	-	-
Aumentos/reduções de justo valor		344.564,16	170.201,49	102,44%
Outros rendimentos e ganhos		(7.384,86)	(6.413,12)	15,15%
Outros gastos e perdas		-	-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)</b>		<b>46.200,92</b>	<b>(164.382,78)</b>	<b>-128,11%</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(22.125,90)	(19.453,18)	13,74%
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)</b>		<b>24.075,02</b>	<b>(183.835,96)</b>	<b>-113,10%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		-	152,08	-100,00%
Juros e gastos similares suportados		-	-	-
<b>Resultado antes de impostos (EBT)</b>		<b>24.075,02</b>	<b>(183.683,88)</b>	<b>-113,11%</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>24.075,02</b>	<b>(183.683,88)</b>	<b>-113,11%</b>
Control		0	0	

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Amalinda*

CP 30450

A MESA ADMINISTRATIVA

*[Signature]*  
*[Signature]*

**Irmandade S. S.  
Igreja da Vitória  
Rua Crucifixo, 100  
1100 LISBOA**



IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA IGREJA DA VITÓRIA  
ADMINISTRADORA DA  
CASA DE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

Anexo às Demonstrações Financeiras  
31 de Dezembro de 2022

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja da Vitória é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída a 28 de Agosto de 1935, com sede em Rua do Crucifixo n.º 100 1100-185 Lisboa, e tem como actividade principal lar de terceira idade.

O capital social é representado por Fundos Patrimoniais.

NOTA 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do sector não Lucrativo (ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009 de 13 de Julho com as rectificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto.

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do activo, passivo e dos resultados da entidade.

ESTABELECIDO EM 28 DE AGOSTO DE 1935  
NÚMERO DE REGISTO N.º 1100-185 LISBOA  
NÚMERO DE REGISTO N.º 1100-185 LISBOA  
NÚMERO DE REGISTO N.º 1100-185 LISBOA

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

2.4 - A entidade adoptou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2010, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2010 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, com excepção da demonstração de resultados, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2010.

### NOTA 3.PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

##### 3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com sua actividade. Da avaliação resultou que a actividade tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

##### 3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

##### 3.1.3 – CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

##### 3.1.4. - MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorrectas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou colectivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

CONTRIBUINTE SELVAGENS  
RUA DO BARRIO DO LITO, 1000-000 LISBOA, PORTUGAL  
RUA JOSEF MARIN, 15 - 1150-014 LISBOA, PORTUGAL  
E.M.S. - SERVIÇOS EMPRESARIAIS, S.L.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transacções ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações no capital próprio e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

### 3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados excepto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas actividades ordinárias, outras transacções que não geram rédito mas que são inerentes às principais actividades que o geram. Os resultados de tais transacções são apresentados, quando esta apresentação reflecta a substância da transacção ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transacção.

Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transacções semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

### 3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objecto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

## 3.2.– POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

### 3.2.1.– ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a

CONSTITUÍMOS O GRUPO DE EMPRESAS  
COM O CAPITAL PRÓPRIO DO GRUPO DE EMPRESAS  
COM O CAPITAL PRÓPRIO DO GRUPO DE EMPRESAS  
COM O CAPITAL PRÓPRIO DO GRUPO DE EMPRESAS

estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, excepto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas directamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo activo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é directamente reconhecido em resultados. Quando o activo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao activo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados pelo respectivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os activos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	-	50 anos
Equipamento básico	-	4 a 8 anos
Equipamento de transporte	-	4 anos
Equipamento administrativo	-	3 a 8 anos
Equipamentos biológicos	-	anos
Outros activos fixos tangíveis	-	anos

### 3.2.2. – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com actividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os activos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

### 3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Entidade encontra-se isenta de imposto sobre o rendimento.

### 3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efectuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respectiva diferença.

O método de custeio dos inventários adoptado pela Entidade consiste no custo efectivo.

### 3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo ou ao justo valor.

- a) Custo: estão os activos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
  - i) Sejam á vista ou tenham uma maturidade definida;
  - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
  - iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.



Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros activos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);



Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

- b) Ao justo valor: estão os activos e passivos financeiros não incluídos nas categorias do "custo", sendo que as variações no respectivo justo valor são registadas em resultados como perdas por reduções de justo valor e ganhos por aumentos de justo valor.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes activos financeiros:

- Participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas (excepto quando se tratam de empresas cujas acções não estão cotadas na bolsa, neste caso, não se podendo determinar com fiabilidade o justo valor, as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade)
- Activos e passivos financeiros detidos para negociação (São adquiridos ou incorridos essencialmente com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou pertençam a uma carteira de instrumentos financeiros e apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. Incluem-se por definição nesta rubrica os instrumentos financeiros derivados).
- Outros activos ou passivos financeiros que por definição sejam considerados nesta rubrica.

Os activos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Entidade desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

### 3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

### 3.2.7. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de activos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos activos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.2.8. – PROVISÕES

São reconhecidas provisões apenas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões, existindo um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tenha associados custos que não sejam possíveis de evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões que resultem de matérias ambientais são reconhecidas e mensuradas como provisão de acordo com a obrigação relacionada.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

4.1 – Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adopção inicial da NCRF-ESNL

4.2 – Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4.3 – Não se verificaram quaisquer alterações em estimativas contabilísticas.

4.4 – ERROS MATERIALMENTE RELEVANTES DE PERÍODOS ANTERIORES

*Não se verificaram erros materialmente em períodos anteriores.*

NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Activo Bruto									
	Saldo em 1/01/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos e Reavaliações	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Edifícios e outras construções	110 120,50	190 155,94	-	-	300 276,44	-	-	-	300 276,44
Bens do Patrimonio Histórico	810 521,18	-	-	-	810 521,18	-	-	-	810 521,18
Equipamento básico	332 525,32	1 271,56	-	-	333 796,88	3 454,11	-	-	337 250,99
Equipamento de transporte	39 220,60	-	-	-	39 220,60	-	-	-	39 220,60
Equipamento administrativo	169 581,18	301,35	-	-	169 882,53	-	-	-	169 882,53
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos fixos tangíveis em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1 461 968,78</b>	<b>191 728,85</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 653 697,63</b>	<b>3 454,11</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 657 151,74</b>

Depreciações Acumuladas									
	Saldo em 1/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	622 731,98	16 112,07	-	-	638 844,05	16 112,07	-	-	654 956,12
Equipamento básico	330 386,23	3 341,11	-	-	333 727,34	6 013,83	-	-	339 741,17
Equipamento de transporte	39 220,60	-	-	-	39 220,60	-	-	-	39 220,60
Equipamento administrativo	162 711,16	-	-	-	162 711,16	-	-	-	162 711,16
Equipamentos biológicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1 155 029,97</b>	<b>19 453,18</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 174 483,15</b>	<b>22 125,90</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 196 609,05</b>

## NOTA 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2021 e em 31/12/2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	Activo Bruto								
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Abates e Alienações	Correcções e Transf.	Saldo em 31/12/2022
Goodwill	9 975,96				9 975,96				9 975,96
Projectos de desenvolvimento	-				-				-
Programas de computador	-				-				-
Propriedade industrial	-				-				-
Outros activos intangíveis	-				-				-
...									
	<u>9 975,96</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9 975,96</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9 975,96</u>

## NOTA 7. LOCAÇÕES

A entidade não tem Locações financeiras.

## NOTA 8. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

No decurso do período findo em 31/12/2022 não obteve qualquer empréstimo.

## NOTA 9. IMPARIDADE DE ACTIVOS

As perdas por imparidade de activos são detalhadas conforme se segue:

	Imparidades Acumuladas						
	Saldo em 01/01/2021	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2022
Clientes	132 149,42	5 700,00		137 849,42	19 446,71		157 296,13
	<u>132 149,42</u>	<u>5 700,00</u>	<u>-</u>	<u>137 849,42</u>	<u>19 446,71</u>	<u>-</u>	<u>157 296,13</u>

  

	Perdas por Imparidade						
	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2021	Aumentos	Reversões	Saldo em 31/12/2022	
Clientes	5 700,00		5 700,00	19 446,71		19 446,71	
	<u>5 700,00</u>	<u>-</u>	<u>5 700,00</u>	<u>19 446,71</u>	<u>-</u>	<u>19 446,71</u>	

CONTABILIDADE GERAL

AVISO: O presente documento é uma cópia eletrónica do documento original. O original encontra-se no arquivo de documentos da entidade.

AVISO: O presente documento é uma cópia eletrónica do documento original. O original encontra-se no arquivo de documentos da entidade.

AVISO: O presente documento é uma cópia eletrónica do documento original.

## NOTA 10. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2021 e em 31/12/2022, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

	Inventários						Inventário em 31/12/2022
	Inventário em 01/01/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31/12/2021	Compras	Reclassificações e regularizações	
Matérias primas e consumíveis	9 932,60	215 306,39	70 257,00	9 932,60	212 232,37	47 586,11	9 932,60
Produtos e trabalhos em curso							
Produtos acabados							
Mercadorias							
...							
	<u>9 932,60</u>	<u>215 306,39</u>	<u>70 257,00</u>	<u>9 932,60</u>	<u>212 232,37</u>	<u>47 586,11</u>	<u>9 932,60</u>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				<u>145 049,39</u>			<u>164 646,26</u>
Variações nos inventários da produção				<u>-</u>			<u>-</u>

## NOTA 11. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Entidade em 31/12/2021 e em 31/12/2022 é detalhado conforme se segue:

	2021		2022	
	Valor Nominal	Valor reconhecido	Valor Nominal	Valor reconhecido
<b>Prestação de serviços</b>				
Matrículas e mensalidades	1 193 201,27	1 193 201,27	1 306 168,14	1 306 168,14
<b>Juros</b>				
Juros de depósitos	152,08	152,08	0,00	0,00
	<u>1 193 353,35</u>	<u>1 193 353,35</u>	<u>1 306 168,14</u>	<u>1 306 168,14</u>

## NOTA 12. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

A Entidade não tem qualquer valor em Provisões ou Passivos e Activos contingentes.

## NOTA 13. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

	Subsídios	
	Ano 2021	Ano 2022
<b>Subsídios à exploração</b>		
Centro Regional da segurança Social	435 270,72	528 420,73
	<b>435 270,72</b>	<b>528 420,73</b>

## NOTA 14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

	Clientes					
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor líquido	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022
<b>Cientes de Cobranças Duvidosas</b>						
<b>Saldos vencidos:</b>						
Até 180 dias	5 700,00	9 723,00	5 700,00	9 723,00	-	-
De 180 a 360 dias		9 723,71	-	9 723,71	-	-
Mais de 360 dias	132 149,42	137 849,42	132 149,42	137 849,42	-	-
	<b>137 849,42</b>	<b>157 296,13</b>	<b>137 849,42</b>	<b>157 296,13</b>	-	-

### Outras Contas a Receber

	2021	2022
<b>Devedores por acréscimo de rendimentos</b>		
Outros acréscimos de rendimentos	3 785,17	-
Outros Devedores	15 773,04	8 443,21
	<u>19 558,21</u>	<u>8 443,21</u>

### Diferimentos Activos

	2021	2022
<b>Diferimento de gastos</b>		
Obras	57 955,87	79 789,29
	<u>57 955,87</u>	<u>79 789,29</u>

### Outras Contas a Pagar

	2021	2022
<b>Corrente</b>		
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Remunerações a pagar ao pessoal	187 371,58	217 387,86
Outros Credores	650,00	14 790,00
	<u>188 021,58</u>	<u>232 177,86</u>

### Diferimentos

	2021	2022
<b>Diferimentos de Rendimentos</b>		
Outros rendimentos diferidos	2 226,00	6 107,41
...		
	<u>2 226,00</u>	<u>6 107,41</u>



**Gastos com o Pessoal**

	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Remunerações do pessoal	1 073 341,94	1 128 951,51
Encargos sobre Remunerações	234 112,50	251 284,78
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profi.	14 758,12	14 536,92
Outros gastos com Pessoal	73 926,66	73 752,90
	<b>1 396 139,22</b>	<b>1 468 526,11</b>

**Número Médio de Colaboradores**

	<b>2021</b>	<b>2022</b>
Lar de idosos	94	95
	<b>94</b>	<b>95</b>

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*AP. Oliveira*  
*CC 30450*

A MESA ADMINISTRATIVA

*Irmandade S. S.*  
*Igreja de Vitória*  
 Rua Crucifixo, 100  
 1100 LISBOA

*[Handwritten signatures]*